

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****143ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 166/2025/CMRI/CC/PR

**NUP: 23546.090793-2024-64****Órgão: MEC- Ministério da Educação****Requerente: 083246****Resumo do Pedido**

Cidadão não identificado requereu acesso à “*lista com os nomes e os CPFs dos beneficiários do programa Pé de Meia, mês a mês, o valor pago a cada um, a justificativa (matrícula, frequência) do pagamento, a cidade e o estado onde estão*”. Solicitou ainda: - o número de alunos beneficiados mês a mês desde o início do programa; - o valor pago ao conjunto de aluno mês a mês desde o início do programa”.

**Resposta do órgão requerido**

O órgão requerido esclareceu não ser possível fornecer, no momento (30.10.24), as informações requeridas porque ainda não se encontram em sua posse, tendo em vista que o Programa foi recentemente implantado e estruturado pelas recentes Portarias MEC nº 364, de 19/04/24 e MEC nº 83, de 07.02.24, reguladoras do Decreto nº 11.901, de 26.01.24, que instituiu o Programa. Explicou que o Programa prevê a atuação colaborativa com as redes de ensino federais, estaduais e municipais, que atuam na primeira fase de captação dos estudantes e prestação das suas informações pessoais, a partir do que o Ministério da Educação poderá definir o público contemplado, acompanhar e verificar o cumprimento dos requisitos para pagamento. Ocorre que o art. 1º da Portaria MEC nº 364/24 (mencionada acima) estabeleceu que “*nos primeiros 3 (três) meses do ano letivo de 2024 (fevereiro, março e abril), o pagamento do incentivo frequência não será interrompido, de forma que as redes de ensino possam se adaptar para o envio das informações de frequência mensalmente com fidedignidade*”. Explicou que essa alteração busca alcançar o princípio da equidade, com o intuito de não prejudicar quaisquer estudantes. Informou que os dados estão sendo ajustados pelas redes, coletados e sistematizados pelo MEC para, após concluída a janela de adaptação para esse primeiro trimestre, elaborar relatório sobre a fase inicial de implementação do Programa Pé-de-Meia. Ao final, orientou o cidadão que, nesse período, enquanto não concluído relatório da fase inicial, procure as redes ofertantes do ensino médio (federais, estaduais, distrital ou municipais), para obter as informações mais locais a respeito do Programa Pé-de-Meia em seus territórios. Assegurou que, posteriormente, serão publicizados, nos meios e canais oficiais, mais dados referentes aos estudantes elegíveis, investimentos, ações e conquistas sociais do Programa, como previsto no art. 16 da Lei nº 14.818/24, e indicou o endereço eletrônico onde se pode acessar informações sobre a política pública (<https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/infograficos/pe-de-meia>).

**Recurso em 1ª instância**

O cidadão recorreu reiterando o pedido inicial e argumentando que o órgão recorrido estaria dificultando o acesso à informação ao indicar que o recorrente deveria buscar os dados junto às redes ofertantes do ensino médio (federais, estaduais, distrital ou municipais), pois, no seu modo de ver, o MEC teria a custódia de tais informações. Alegou que o MEC tem o dever de informar os dados requeridos, pois o Ministério é que tem a competência para avaliar o cumprimento dos requisitos pelos estudantes e consolidar as informações dos alunos contemplados, de acordo com o art. 1º, par. 2º da Portaria nº 83/2024 – MEC. Aduziu, ainda, que o seu pedido de acesso à informação foi protocolado em outubro de 2024, ou seja, 6 meses após o fim da janela de adaptação e 9 meses após o início do pagamento do Programa, o que indicaria, no seu sentir, que o MEC possui a relação dos estudantes que receberam o benefício. Ressaltou, ao final, que a Lei nº 14.818/24 prevê que a relação dos estudantes contemplados com o incentivo será publicizada em meio eletrônico (art. 16).

#### **Resposta do órgão ao recurso em 1ª instância**

Não foi localizada a resposta para o recurso na plataforma FalaBR.

#### **Recurso em 2ª instância**

O cidadão recorreu para reiterar o pedido e os argumentos antes manifestados.

#### **Resposta do órgão ao recurso em 2ª instância**

Não foi localizada a resposta para o recurso na plataforma FalaBR.

#### **Recurso à Controladoria-Geral da União (CGU)**

O cidadão reiterou o pedido, os argumentos antes manifestados e acrescentou que o MEC teria abandonado o pedido, por não ter respondido os recursos de 1ª e 2ª instâncias.

#### **Análise da CGU**

Mencionando a existência de pedido similar no NUP 71003.055326/2024-78, que se encontrava em análise no âmbito daquela 3ª instância recursal, a CGU reproduziu, neste caso, os esclarecimentos ofertados pelo MEC naquele recurso:

Logo após a instituição do Programa Pé-de-Meia pela Lei nº 14.818, de 16.01.24, a Diretoria de Incentivos a Estudantes da Educação Básica (DIEB) montou uma força-tarefa para operacionalizar e implementar a política pública e garantir o pagamento dos incentivos aos estudantes, cuja elegibilidade inclui a efetivação da matrícula, comprovação de 80% (oitenta por cento) de frequência mínima mensal, conclusão do ano letivo com aprovação e participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem);

Após a implementação, a Diretoria expandiu o seu foco de ações para a avaliação da política. Dessa forma, os dados sobre o programa passaram a ser construídos, avaliados e publicados nos sítios do Governo;

Atendendo ao comando da Lei nº 14.818/24, o MEC já vem publicando, <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia/documentos/documentos>, as informações oficiais do Pé-de-Meia que já passaram pelo processo de construção qualitativa de dados, e constantemente novos dados são divulgados, dentre os quais, a relação de todos os beneficiários do Programa e o valor recebido até setembro de 2024. Indicou o site para acesso.

Explicou que, atendendo às boas práticas de transparência ativa, são publicadas as informações de estudantes maiores de idade, exibindo o nome e o CPF com caracteres ocultos e no caso de estudantes menores de idade, é exibido o CPF com caracteres ocultos e o nome é indicado como “titular menor de 18 anos” seguido pelo nome do responsável legal.

Diante disso, a CGU considerou que o órgão promoveu a atualização dos dados e os disponibilizou por meio da internet em transparência ativa, tornando as informações de interesse do cidadão disponíveis em meio eletrônico de acesso universal, conforme o disposto no §6º do art. 11 da Lei nº 12.527/2011. Nesse cenário, entendeu que o órgão fica desonerado da obrigação de fornecimento direto das informações e concluiu que houve a perda do objeto do recurso, sendo aplicável, no presente caso, o disposto no art. 52 da Lei nº 9.784/1999, podendo a CGU declarar extinto o processo, visto que foi exaurida a sua finalidade e o objeto da decisão se tornou inútil ou prejudicado por fato superveniente.

#### **Decisão da CGU**

A CGU decidiu pela perda do objeto do recurso em razão de terem sido disponibilizadas, em transparência ativa, as informações requeridas pelo cidadão, no curso da instrução processual, aplicando-se o art. 52 da Lei nº 9.784/1999.

### Recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI)

O cidadão recorreu para reiterar o pedido inicial e acrescentar que as informações prestadas pelo órgão não são suficientes, pois, no seu modo de ver, o MEC deveria informar os Estados e cidades de cada aluno e registrar a qual mês se refere o pagamento, de forma simétrica ao que é feito com outros benefícios pagos pelo governo, como Bolsa Família e BPC. Ressaltou que o pedido de informações abrange *“os nomes, cpfs dos beneficiários do programa Pé de Meia, mês a mês, o valor pago a cada um, a cidade e o estado onde estão”*.

### Admissibilidade do recurso à CMRI

Recurso conhecido parcialmente. Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade e regularidade formal. Todavia, o requisito do cabimento não foi atendido, em razão de não ter havido negativa de acesso para parte da informação.

### Análise da CMRI

Considerando as informações prestadas pelo MEC no NUP 71003.055326/2024-78 perante a CGU e reproduzidas neste expediente, no sentido de que o Programa foi criado recentemente, no início de 2024, desde quando vem sendo realizados os esforços operacionais necessários para implementar prontamente a política pública, garantindo-se o pagamento do benefício aos estudantes. Além dos esclarecimentos sobre a necessidade de promover a avaliação e estruturação qualitativa das informações oficiais do Programa previamente à sua divulgação e disponibilização aos cidadãos. E, ainda e sobretudo, em vista da comunicação de que os dados já vêm sendo disponibilizados em transparência ativa, inclusive, a relação de todos os beneficiários do Programa e o valor total recebido, até fevereiro de 2025 (período esse publicizado no link <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia/documentos/documentos>), conclui-se que o órgão recorrido vem se empenhando para, concomitante à implementação, execução e avaliação da política pública, recentemente instituída, atender ao comando legal de publicização dos dados dos beneficiários, publicação essa que não pode ser realizada sem algum tipo de validação e tratamento prévios a fim de garantir a integridade das informações e evitar possíveis conflitos ético-normativos, como, no caso da publicação de informações. Ademais, o órgão recorrido mencionou que segue o trabalho de acréscimo de mais informações aos dados publicados em transparência ativa. Diante disso, entende-se que não houve negativa de acesso já que o órgão disponibilizou por meio da internet, em transparência ativa, as informações pleiteadas e as está atualizando constantemente, bem como envidando esforços para ampliar os dados publicados, conforme a capacidade da Administração pública. Assim, entende-se que para atendimento do pedido, haveria a necessidade de produção e consolidação das informações nos moldes solicitados pelo Requerente, o que caracteriza trabalhos adicionais nos termos do inciso III do art. 13 do Decreto nº 7724, de 2012.

### Decisão da CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade, decide pelo conhecimento parcial do recurso, deixando de conhecer a parcela que versa sobre as informações que estão publicizadas em transparência ativa, pois não houve negativa de acesso à informação, nos termos do art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, e indefere o atendimento do pedido nos moldes solicitados pelo Requerente, já que para isso há a necessidade de produção e consolidação das informações, o que caracteriza trabalhos adicionais nos termos do inciso III do art. 13 do Decreto nº 7724, de 2012.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado**, **Presidente Suplente da CMRI**, em 11/04/2025, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio de Andrade Lima**, **Chefe de Gabinete**, em 15/04/2025, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis**, **Usuário Externo**, em 22/04/2025, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO**, **Usuário Externo**, em 22/04/2025, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROCHA CYPRIANO**, **Usuário Externo**, em 22/04/2025, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Eveline Martins Brito**, **Usuário Externo**, em 22/04/2025, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **LEILA DE MORAIS**, **Usuário Externo**, em 23/04/2025, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA registrado(a) civilmente como RONALDO**, **Usuário Externo**, em 28/04/2025, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6530529** e o código CRC **BC43BE41** no site:

[https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)